



**PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS**  
**Grupo Parlamentar**

<b>DIVISÃO DE APOIO ÀS COMISSÕES</b>	
Comissão de Economia, Inovação e Obras Públicas	
<b>CEIOP</b>	
N.º Único	590968
Entrada/Saída n.º	524
Data	21/12/2017

**Exmo. Senhor**  
**Presidente da Comissão de Economia, Inovação e**  
**Obras Públicas**  
**Deputado Hélder Amaral**

Lisboa, 21 de dezembro de 2017

**Assunto: Requerimento para audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas sobre as medidas anunciadas pela Administração dos CTT**

A Administração dos CTT anunciou esta semana mais um pacote de medidas que traduzem uma «Nova Etapa» da degradação da qualidade do serviço postal. Essas medidas incluem a destruição de postos de trabalho (mais 800), a venda de património e o encerramento de estações e postos.

Este pacote soma-se ao que estava já em curso, com a tentativa de um autêntico despedimento coletivo encapotado de outros 340 trabalhadores, bem como a alienação de património (e nomeadamente de grande valor), na sequência de uma previsão de lucros para 2017 de «apenas» 19 milhões de euros.

Invoca-se nesse documento da Administração dos CTT as quebras na circulação do correio postal para justificar um salto qualitativo no que tem vindo a ser feito à empresa e aos trabalhadores, quando já hoje o serviço público é uma sombra do que foi.

O correio chega aos seus destinatários cada vez mais tarde, de forma cada vez menos fiável e cada vez mais caro. E o problema não está nas novas tecnologias, nem no número de trabalhadores, que são muito menos dos que aqueles que seriam necessários. Os Correios devem reforçar o seu quadro de pessoal, ao invés de continuar a reduzi-lo.

O problema dos CTT está na incompatibilidade entre o papel estratégico do serviço público que está obrigada a prestar e o objetivo único dos grupos económicos: os seus lucros. Os objetivos da administração dos CTT são claros e o poder político não pode mostrar desconhecimento

sobre a dimensão desta ofensiva ao serviço público, aos seus trabalhadores, às populações e à economia nacional.

Assim, o Grupo Parlamentar do PCP vem requerer a Audição do Ministro do Planeamento e das Infraestruturas relativamente à situação acima exposta.



(Bruno Dias)

N/Ref. N.º 50891 44/INPAGPPCP/XIII-3.ª